

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 03/08/2018.

**MARITA PEREIRA PENARIOL**

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL:  
desvendando a lógica de funcionamento  
da gestão pública**

**ASSIS  
2017**

**MARITA PEREIRA PENARIOL**

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL:  
desvendando a lógica de funcionamento  
da gestão pública**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área do conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

Projeto Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**ASSIS  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

P397a Penariol, Marita Pereira  
Análise institucional da prefeitura municipal: desvendando a  
lógica de funcionamento da gestão pública / Marita Pereira Penariol.  
Assis, 2017.  
231f.  
Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de  
Assis – Universidade Estadual Paulista.  
Orientador: Dr. Silvio José Benelli  
1. Psicologia social. 2. Análise institucional. 3. Administração  
municipal. 3. Administração pública. 4. Prefeituras municipais. 5.  
Políticas públicas. 6. Gestão pública municipal. I. Título.

CDD 350  
CDD 350

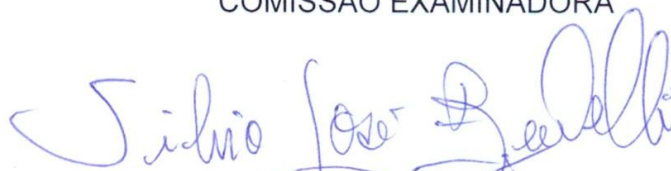
MARITA PEREIRA PENARIOL

ANÁLISE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL:  
desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a  
obtenção do título de Mestrado Acadêmico  
em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:  
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 03/02/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI - UNESP/ASSIS



Membros: Prof. Dr. ABÍLIO DA COSTA ROSA - UNESP/ASSIS



Profa. Dra. VERA LÚCIA TIEKO SUGUIHIRO - UEL/LONDRINA

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elaine e José Francisco, meus grandes mestres e fontes de inspiração, agradeço por uma vida inteira de amor incondicional, suporte, carinho, respeito, afeição, cuidado, incentivo, ensino e aprendizado. Minha eterna gratidão por toda a ternura e confiança na realização desse trabalho e ao longo de toda a minha vida.

À minha irmã, Mayra, pelo amor e carinho, pela amizade e cumplicidade e pelo apoio desmedido.

À minha querida sobrinha e afilhada, Sofia, que mesmo tão pequena e sem compreender o significado de tudo isso, representa uma potência imensa em minha vida. Guardo com muito carinho todas as suas palavras de despedidas quando tinha que retornar para Assis ainda que com lágrimas nos olhos e seus questionamentos sobre o motivo de estar longe fisicamente.

Aos meus avôs Ezio e Luiz (*in memoriam*), às avós Eliane e Darcy e à bisã Elza, que em suas singularidades e simplicidades, colaboraram com afago, prosas, preocupações, rezas e promessas.

Ao Eduardo, em especial, agradeço pela vida compartilhada, pela paciência, carinho, cuidado e compreensão em todas as etapas desse processo, dos que já passaram e dos que ainda virão, pelos questionamentos, pelo incentivo e inspiração, pelo abraço acolhedor e pelo verdadeiro amor.

Ao meu orientador, Silvio José Benelli, por acompanhar minha trajetória acadêmica e me receber como orientanda no mestrado, pelos preciosos apontamentos e produtivas orientações ao longo desse trabalho.

Aos professores Abílio Costa Rosa e Vera Lucia Tiekko Suguihiro, integrantes da banca examinadora, pela generosidade, pelo profissionalismo e pelas riquíssimas contribuições tanto no exame de qualificação quanto na defesa.

Ao professor Francisco Hashimoto, por contribuir com minha formação acadêmica e profissional, o qual me inspira como exemplo de pessoa, docente e pesquisador. À professora Soráia Georgina Ferreira de Paiva Cruz, pelo carinho e palavras de apoio nos momentos de dificuldades, pela leitura do projeto desse trabalho, pelas oportunas considerações e indicações de leituras. Agradeço ainda a todos os docentes que marcaram minha formação enquanto psicóloga, especialmente aos professores: Justo, Silvio Yasui, Ana Maria, Ladeia, Soráia, Danilo, Abílio, Benelli e Rafael.

Aos colegas da pós-graduação, as amigas e amigos Assisenses, particularmente aos grandes amigos, Igo, Maico, Mário e Pedro, que me receberam com um imenso carinho e me fizeram sentir parte dessa turma. Obrigada por tudo o que aqui vivemos, pelo aprendizado, pelas conversas e almoços comunitários, pelas angústias compartilhadas, por tornarem o caminho mais leve, alegre e afetuoso.

Ao João Elias, colega de pós-graduação, que gentilmente fez a tradução do resumo desse trabalho, por toda sua sensibilidade e poesia.

À Ju Bessa, conterrânea, companheira de pós-graduação, de inquietações, ansiedades e, para manter a sanidade, foi minha parceira diária na academia e nas aulas mais insanas.

Aos colegas do vôlei, os quais sem saber ajudaram a preservar não só minha saúde física, mas psíquica.

Às moradoras da Rep. Ponto G que por aqui passaram e deixaram boas lembranças. Principalmente, às atuais que me acompanham nessa louca jornada da vida: Andreza, Marcela, Maysa e Virgínia, obrigada pela amizade, carinho, afeto, conversas, cafés e gordices. Agradeço ainda à Emily, saudosa ex-moradora, pelo belo reencontro que a vida nos presenteou. Sou grata pela sua amizade, pela acolhida, por me apresentar lugares tão deliciosos em Assis, pelas nossas conversas e posicionamentos, pela sua infinita generosidade e autenticidade e, mesmo distante, por mantermos nossos laços librianos ainda que por intermináveis áudios pelo celular.

Às amigas de Jaboticabal, Camila, Vanessa, Francine, Milena, Marita Rossi, Carol Dossi, pela verdadeira amizade, preservada há mais de 15 anos, pelos encontros esporádicos, mas sempre vivos em minha memória.

Às amadas tias Tica e Érika, pelo amor, mimo e incentivo.

À tia Carla, por me apresentar a psicologia e me encorajar a seguir com essa profissão com muito amor, luta e resistência.

À Andrea, pela amizade carinhosa que construímos durante a vida, pela torcida nessa caminhada e por cuidar ternamente da minha família e de mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, à Seção Técnica de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis, ao Escritório de Pesquisa e Internacionalização, ao Comitê de Ética em Pesquisa desta faculdade e a todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias, pelo apoio acadêmico e institucional.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a efetivação dessa pesquisa.

Com imenso carinho, minha mais sincera gratidão a todos e a todas que contribuíram para a realização desse trabalho, aos lembrados nessas páginas e, não menos importantes, aos que não pude lembrar no calor desse momento. Enfim, obrigada pela oportunidade de aprender com cada um de vocês.



*“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.”*

*(Sérgio Buarque de Holanda)*

PENARIOL, M. P. **ANÁLISE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública.** 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

## RESUMO

Nosso objetivo consiste em estudar a lógica de funcionamento da gestão pública no nível municipal. Por meio de operadores teóricos e metodológicos da Análise Institucional (AI), estudamos as práticas e os saberes, os discursos e os procedimentos técnicos e administrativos, as modalidades de gestão e os problemas, os impasses do cotidiano de uma prefeitura, localizada num município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo, por meio da observação participante, em espaços institucionais da prefeitura municipal, com uma inserção efetiva nas atividades cotidianas e de rotina nas Secretarias Municipais de Governo e Administração, de Assistência Social e de Saúde. A partir da ferramenta do diário de campo, relatamos por escrito, diariamente, os principais analisadores: ações, diálogos e acontecimentos observados e vivenciados na imersão no campo, incluindo descrições sobre o espaço e a organização do estabelecimento institucional, as atividades, eventos, pessoas, interações entre os membros da equipe, interpretações e percepções, constituindo-se em um material de análise e discussão. Posteriormente, buscamos estudar a história da formação cultural da política brasileira e os modelos de gestão da Administração Pública, por meio da revisão bibliográfica pertinente, do levantamento e da análise de documentos oficiais sobre a gestão pública. Tendo em vista tais procedimentos, fazemos a discussão dos resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da etapa de observação. A partir dessa pesquisa, verificamos que os modos de funcionamento da prefeitura municipal são perpassados pelas lógicas dos paradigmas patrimonialista, burocrático e democrático. Apesar das forças *instituintes* presentes na gestão pública municipal – como os espaços dos conselhos e as conferências municipais, as audiências públicas – e o predomínio no discurso oficial de que a gestão municipal seria democrática, participativa, pautada na cogestão, vemos ainda uma prática hegemônica *instituída*, com uma atuação permeada por dispositivos autoritários, verticalizados, hierárquicos, funcionalistas, patrimonialistas, clientelistas e coronelistas. Nesse sentido, buscamos problematizar e discutir, fundamentados na AI, enquanto campo teórico-metodológico de investigação, as práticas discursivas e não discursivas do funcionamento institucional das três Secretarias Municipais pertencentes a essa prefeitura, visando entender a Gestão Pública municipal nessa localidade. Com essa investigação, pretendemos contribuir com a elaboração de coordenadas e informações que possam servir de orientação para psicólogos que já atuam e também para os que eventualmente venham a ingressar no serviço público municipal, de modo que esses profissionais possam ter uma atuação mais avisada e precavida.

**Palavras-chave:** Psicologia Social. Análise Institucional. Prefeitura Municipal. Gestão Pública. Políticas Públicas.

**PENARIOL, M. P. INSTITUTIONAL ANALYSIS OF THE MUNICIPAL CITY HALL: unveiling the logic of public management.** 2017. 231f. Dissertation (Master's Degree in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

### **ABSTRACT**

Our objective is to study the logic of public management at the municipal level. Through theoretical and methodological operators of Institutional Analysis (IA), we have studied the practices and the bodies of knowledge, the discourses and the technical and administrative procedures, the management modalities and the problems, the impasses of the daily routine of a city hall, located in a medium-sized municipality in the state of São Paulo. For such, we conducted a field research, through participant observation, in the institutional spaces of the municipal government, with an effective insertion in the daily and routine activities in the Municipal Secretariats of Government and Administration, Social Assistance and Health. We reported daily, in a journal, the main analyzers: actions, dialogues and events that were observed and experienced in the immersion in the field, including descriptions of the space and organization of the institutional establishment, activities, events, people, interactions between the staff members, interpretations and perceptions, constituting a material for analysis and discussion. Subsequently, we seek to study the history of the cultural formation of Brazilian politics and the management models of Public Administration, through the pertaining bibliographic review, the survey and the analysis of official documents on public management. In view of such procedures, we discuss the results obtained from the bibliographic review and the observation stage. Based on this research, we verify that the municipal government's modes of operation are permeated by the logics of patrimonialist, bureaucratic and democratic paradigms. In spite of the instituting forces present in municipal public management - such as, council spaces and municipal conferences, public hearings - and the predominance in the official discourse that the municipal management is democratic, participatory, based on co-management, we still see an instituted hegemonic practice, with a performance permeated by authoritarian, vertical, hierarchical, functionalist, patrimonialist, clientelist and “colonelist” devices. In this sense, based on IA, as a theoretical and methodological field of investigation, we seek to problematize and discuss the discursive and non-discursive practices of the three Municipal Secretariats belonging to this prefecture, in order to understand the Municipal Public Management in this locality. With this research, we intend to contribute to the elaboration of coordinates and information that can serve as a guide for psychologists who already work and also for those who may eventually join the municipal public service, so that these professionals may have a better informed and cautious performance.

**Keywords:** Social Psychology. Institutional Analysis. City Hall. Public Management. Public Policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AI – Análise Institucional
- AME – Ambulatório Médico de Especialidades
- CAP – Caixas de Aposentadorias e Pensões
- CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
- CEPAI – Centro de Estudos em Psicanálise e Análise Institucional
- CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
- CESOP – Centro de Estudos Sociopsicanalíticos
- CF – Constituição Federal
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CIAPS – Centro Integrado de Atenção Psicossocial
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
- DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
- ESF – Estratégia Saúde da Família
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- GIPA – Grupo Integrado de Atenção e Prevenção à DST, HIV/AIDS e Tuberculose
- IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão
- IBRAPSI – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Organizações
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFGF – Índice da Firjan de Gestão Fiscal
- INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
- LAI – Lei de Acesso à Informação
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LCS – Laboratoire de Changement Social
- LO – Lei Orgânica

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
LOM – Lei Orgânica Municipal  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MCP – Modo Capitalista de Produção  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MI – Movimento Institucionalista  
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família  
NEPP – Núcleo de Estudos de Psicologia e Psicanálise  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB/SUS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
OP – Orçamento Participativo  
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde  
PAIF – Programa de Apoio Integral à Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PDM – Plano Diretor Municipal  
PEAD – Programa Emergencial de Auxílio Desemprego  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PEM – Planejamento Estratégico Municipal  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPA – Plano Plurianual Municipal  
PPS – Paradigma Psicossocial  
PSF – Programa Saúde da Família  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RH – Recursos Humanos  
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
Justificativa .....	22
Objetivos .....	26
<b>1. A ANÁLISE INSTITUCIONAL ENQUANTO CAMPO DE SABER E PRÁTICAS</b> 29	
1.1 Movimento institucionalista (MI) .....	29
1.1.1 Psicoterapia institucional .....	31
1.1.2 Pedagogia institucional .....	33
1.1.3 Socioanálise .....	35
1.2 Análise Institucional no Brasil .....	44
1.3 O movimento institucionalista no eixo Rio-São Paulo .....	45
1.3.1 Rio de Janeiro .....	46
1.3.1 São Paulo .....	47
1.4 Psicologia e Políticas Públicas .....	48
1.4.1 Política pública de Saúde .....	52
1.4.2 Política pública de Assistência Social .....	60
<b>2. REFERENCIAL METODOLÓGICO E TÉCNICO DA PESQUISA</b> .....	<b>70</b>
2.1 Método .....	70
2.2 Sobre os procedimentos técnicos de produção de dados .....	77
2.3 Instrumentos .....	78
2.3.1 Observação participante .....	78
2.3.2 Produção dos diários de campo .....	85
2.4 Forma de análise dos resultados obtidos no campo .....	87
<b>3. FORMAÇÃO CULTURAL POLÍTICA BRASILEIRA: O PATRIMONIALISMO E O CLIENTELISMO</b> .....	<b>90</b>

3.1 A formação da cultura política brasileira e suas práticas tradicionais .....	92
3.2 Sobre os conceitos de município, prefeitura e gestão pública municipal em geral .....	111
<b>4. AS DIFERENTES LÓGICAS DE FUNCIONAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA LITERATURA.....</b>	<b>120</b>
4.1 As formas de Administração Pública no Brasil .....	120
4.1.1 O modelo patrimonialista .....	122
4.1.2 O modelo de gestão piramidal, hierárquico e burocrático .....	124
4.1.3 O modelo gerencial .....	125
4.1.4 O modelo democrático neoliberal na administração pública.....	128
4.1.5 O modelo democrático popular na administração pública: participação e controle social.....	129
4.1.5 O modelo de organização em rede .....	145
<b>5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO E DISCUSSÃO .....</b>	<b>152</b>
5.1 Caracterizando a realidade do município investigado .....	152
5.2 Sobre a prefeitura, seus estabelecimentos e sua estrutura organizacional .....	153
5.3 Sobre os analisadores potenciais .....	160
5.3.1 Sobre a imersão do pesquisador no campo de investigação .....	161
5.3.2 Sobre o tempo de trabalho dos servidores, o regime de contratação e as relações de poder .....	164
5.3.3 Sobre a gestão municipal e os princípios da Administração Pública .....	169
5.3.4 Sobre as transferências, punições e demissões .....	181
5.3.5 Relação entre os estabelecimentos, a população e a implicação dos trabalhadores .....	184
5.3.6 Sobre a corrupção, as omissões e as negligências do poder público municipal....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>194</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>230</b>

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa traz como proposta a investigação da lógica de funcionamento da prefeitura municipal enquanto uma importante *organização* do campo institucional da Política, com o intuito de produzir coordenadas, informações e orientações para os psicólogos que se tornam funcionários públicos municipais (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010; BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a, 2012b; SENRA; GUZZO, 2012). Vamos apresentar o caminho percorrido durante a realização da graduação em Psicologia, que nos levou até a delimitação do tema de pesquisa, abordando questões que dizem respeito às formas de gestão municipal, seus problemas e impasses, possibilidades e limites.

Durante a formação em Psicologia, nosso primeiro contato com trabalhadores que atuavam nos serviços públicos, em sua maioria, psicólogos e assistentes sociais, deu-se no segundo ano de graduação, quando participamos de um curso de extensão universitária, cuja temática tratava sobre as “Interfaces entre a Psicologia e Assistência Social”, ministrado pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli. Foi então que começamos estudar a questão das políticas públicas que permeavam tais campos de práticas e de saberes e pudemos trocar conhecimento com profissionais da rede pública de distintos municípios da região de Assis-SP.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa sobre a “Atuação dos Psicólogos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)” para a conclusão do estágio básico referente à disciplina “Análise das práticas “Psi” na política pública na área de Saúde”. Este estágio teve duração de três semestres letivos, sob supervisão do Prof. Dr. Silvio Yasui, cuja finalidade era proporcionar uma aproximação entre alunos e os diversos campos teóricos/práticos, tendo como base a pesquisa e/ou intervenção. Um dos grandes impasses para que essa pesquisa fosse desenvolvida foi a dificuldade em encontrar profissionais da Psicologia inseridos nesses estabelecimentos. Também nos deparamos com a falta de conhecimento por parte desses trabalhadores com relação às políticas públicas dessa área; e percebemos inclusive, a precária compreensão desses psicólogos quanto às suas funções e suas próprias práticas em tais contextos específicos.

Nossa experiência com a questão das políticas públicas, psicólogos, prefeituras e secretarias se ampliou ainda mais por meio de dois estágios profissionalizantes, sob a supervisão do Prof. Silvio José Benelli, realizados em dois municípios distintos. O primeiro estágio profissionalizante, intitulado “Políticas Públicas, Instituições e Intervenções Psicossociais”, foi realizado em uma Secretaria Municipal de Saúde de uma cidade da região



de Assis, Estado de São Paulo. Durante um período de dez meses, com inserções semanais de quatro horas de duração, começamos a ter uma noção mais concreta das questões cotidianas dos modos de funcionamento de uma prefeitura, especificamente na área da Saúde. É importante detalharmos mais esta experiência de estágio vinculada à secretaria municipal, pois ela foi a grande motivadora para a realização dessa pesquisa de mestrado.

Em função de nossa proximidade com a área de Saúde do Trabalhador, procuramos um espaço com o objetivo de nos aprofundarmos nessa temática e tomarmos conhecimento de como a Saúde do Trabalhador é implementada institucionalmente num município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. A partir de uma abordagem psicossocial, que considera a interação dialética entre os aspectos psicológicos, sociais, biológicos, ambientais e históricos, buscamos nos integrar à equipe de trabalho da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde desse município, colaborando no desenvolvimento de suas atividades.

A abordagem psicossocial implica em uma perspectiva teórico-técnica específica, que instrumentaliza diversos recursos para operacionalizar a Atenção Psicossocial: a acolhida, o atendimento, o manejo da transferência, a realização de oficinas e grupos, a oferta de informação e orientação, etc. Ela é pautada por uma atitude ética alinhada com os interesses, necessidades, demandas e desejos do polo subordinado, ou seja, com os interesses popular-democráticos, adotando uma perspectiva institucional crítico-política e pedagógica-educativa (BENELLI, 2012b).

Para a inserção naquele local, buscamos nos apropriar da temática referente à vigilância e à Saúde do Trabalhador. Após esse contato mais próximo com a literatura e o maior envolvimento entre estagiário e o grupo de trabalhadores no estabelecimento da Vigilância Sanitária, pensamos em projetos de intervenção na prática, tais como ações vinculadas à Saúde do Trabalhador durante as visitas de fiscalizações com os agentes sanitários, já que estes desempenhavam funções estritamente relacionadas à vigilância; logo, pretendíamos conciliar propostas ligadas à Saúde do Trabalhador. Porém, em virtude de inúmeros fatores, não foi possível realizar tal intervenção, dentre eles: absenteísmo por parte dos membros da equipe, ausência de reuniões de trabalho para estudos, para formação, para formulação das metas, objetivos e tarefas, para discussão da questão salarial, das questões políticas municipais, deficiência de formação na área de Saúde do Trabalhador, precária ou inexistente rede no município e falta de interesse em implementar esta política pública e até mesmo de “cobrança” de alguma outra instância, seja ela do próprio município, ou em nível estadual ou federal, impossibilidade de fiscalização e/ou notificações, interdições de

determinados locais quanto às vistorias, em função da falta de autoridade ou impedimentos ocasionados por interesses de grupos políticos locais que pressionavam para manter as coisas como estão. Todos esses fatores influenciaram na não criação de um projeto de intervenção na área. Dessa forma, o estágio consistiu em realizar uma análise dos modos de funcionamento daquele estabelecimento, com base nas observações e nos acontecimentos vivenciados ao longo do ano. E, conseqüentemente, esses elementos serviram-nos como dispositivo de análise e discussão, além de nos instigarem na busca por maior entendimento no que diz respeito às prefeituras municipais, desde nosso lugar profissional enquanto psicólogos.

Em seguida, o segundo estágio profissionalizante que desenvolvemos em outra cidade da região foi intitulado “Intercessões institucionais clínicas em políticas públicas”. Ele consistiu numa experiência concreta que envolveu uma intersecção entre os campos da Saúde e da Educação, bem como as respectivas secretarias municipais. A proposta consistia em acompanhar o andamento do projeto “Integra Saúde”, que correspondia a um programa municipal, criado pela Secretaria de Saúde e financiado pelo Governo Federal, com a finalidade de promover a educação em saúde para adolescentes estudantes de escolas públicas, pensando-a como um fator de proteção e de prevenção aos agravos relacionados à violência, ao uso de substâncias psicoativas e à gravidez não planejada na adolescência.

Para tanto, na execução desse projeto, formamos um grupo de adolescentes, coordenado por profissionais da Saúde, Educação e por parceiros estratégicos. O plano consistia em preparar um jornal para ser produzido em grupo e depois distribuído entre os jovens, com assuntos de interesse dos próprios adolescentes, a saber: violência, cidadania, gravidez não planejada na adolescência, substâncias psicoativas, entre outros temas levantados por eles. Este estágio foi realizado por um período dez meses, com dedicação de quatro horas semanais referentes aos encontros e discussões com o grupo de adolescentes, além das horas extras com a preparação de materiais a serem discutidos nessas reuniões e correções de matérias produzidas ao longo das atividades, que depois seriam publicadas no jornal. O local escolhido para o desenvolvimento desse projeto foi uma das escolas participantes e o horário de trabalho ocorreu no contraturno escolar dos adolescentes.

Com relação a esse estágio, podemos destacar alguns pontos que mais nos chamaram a atenção, dentre eles: o coordenador de projetos não tinha a função de executá-los, apenas captar dinheiro do governo federal, a Secretaria de Saúde apropriou-se do dinheiro e qualquer pedido de verba referente aos custos com a confecção do jornal era questionado pelo administrador e os valores solicitados não eram designados ao projeto, o descompromisso do

coordenador em cumprir com os prazos estabelecidos quanto à finalização, impressão e a entrega dos jornais produzidos pelo grupo de adolescentes. A atuação do coordenador nos encontros produziu descrédito entre os adolescentes e até certa desistência em participar das reuniões, pois já sabemos: a adesão do grupo depende da qualidade e da modalidade de oferta que se faz. Tendo em vista um projeto com resultados tão complexos, esperávamos, no mínimo, uma produção mais elaborada e um maior engajamento de quem o elaborou. Essas questões foram imprescindíveis para a compreensão, mesmo que parcial, sobre eventuais problemas no funcionamento de uma prefeitura municipal.

Ainda durante a graduação, desenvolvemos uma pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo título foi “Relação Indivíduo e Organização Estratégica: um estudo psicossociológico”, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Hashimoto. Para a realização dessa investigação, recorremo-nos aos autores da psicossociologia francesa, tais como Vincent Gaulejac, Eugène Enriquez, Max Pagès, entre outros. No decorrer dessa pesquisa, tivemos o convite para a realização de um estágio no Laboratoire de Changement Social – LCS (Laboratório de Mudança Social) da Universidade Paris VII, sob direção do professor doutor Vincent Gaulejac. Após a conclusão do curso de Psicologia, prosseguimos para Paris com o objetivo de nos inserirmos na universidade e conseqüentemente no laboratório, para a realização de um estágio por um período de três meses (de abril a junho de 2013).

O LCS é um laboratório cuja abordagem é multidisciplinar, com o intuito de refletir questões teóricas e filosóficas acerca das organizações hipermodernas, embasadas na Sociologia Clínica e na Psicossociologia. Ele conta com a presença de 20 professores, 7 professores associados pesquisadores e 80 estudantes de doutorado, imersos nas áreas da Psicologia, Sociologia e Antropologia. No entanto, desde janeiro de 2014, houve a mudança de nome e direção, passando a se chamar Laboratório de Mudança Social e Política. Tal modificação deu-se em virtude de questões administrativas. Ao longo do desenvolvimento dessa experiência de estágio, envolvemo-nos com as seguintes atividades: participamos de seminários dos doutorandos, de palestras e de conferências da pós-graduação, de eventos da universidade, realizamos leituras específicas da literatura pertinente às discussões, participamos ainda de grupos de estudos vinculados ao laboratório e de encontros no Centro Internacional de Psicossociologia de Paris. Esse estágio foi uma oportunidade magnífica que nos proporcionou amplo crescimento profissional, pessoal, alguns questionamentos científicos

e acadêmicos e, mais, a certeza de que queríamos desenvolver um projeto de pesquisa de mestrado.

A partir dessa trajetória acadêmico-profissional, delimitamos nosso tema de pesquisa. Nessa investigação de mestrado, estudamos, a partir da perspectiva teórica, metodológica e técnica da Análise Institucional (AI), a história e os modos de funcionamento da gestão pública em uma cidade de médio porte do interior paulista, problematizando a gestão pública municipal.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com maior número de psicólogos ativos do mundo, com aproximadamente 284 mil profissionais contabilizados até dezembro de 2016 de acordo com os dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016). Especificamente, o Estado de São Paulo contém cerca de 90 mil psicólogos. Os Estados Unidos e o continente Europeu, até o ano de 2012, representavam o segundo e o terceiro lugar em número de psicólogos, com respectivamente 137 mil e 90 mil profissionais ativos (CFP, 2012). Conforme as informações do CFP (2012), de um total de 216 mil psicólogos registrados até o ano de 2012, no Brasil, cerca de 60 mil psicólogos atuavam nas diversas Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança, dentre outras), por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Segurança Pública e em outras áreas relacionadas ao serviço público (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), sendo que a maioria, ou seja, 49.700 estavam inseridos nas áreas da Saúde e da Assistência Social. A partir desses dados, vemos que, no Brasil, a inserção dos psicólogos nas diversas instituições públicas evidencia-se pelo aumento de oportunidades de emprego para esses profissionais e pela ampliação do público alvo de suas intervenções (OLIVEIRA; AMORIM, 2012).

Benelli e Costa-Rosa (2012a), pesquisando sobre as entidades assistenciais socioeducativas que atendem crianças e adolescentes que não cometeram ato infracional em um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo, afirmam que é necessário “entender o funcionamento da máquina pública municipal – campo que era desconhecido para nós – para podermos nos situar com certa clareza, tanto na nossa ação como conselheiro quanto em nosso trabalho de pesquisa” (p. 611). Ao longo do seu percurso de pesquisa, foram elaborando uma reflexão que lhes permitiu organizar o caos da realidade cotidiana que os envolvia no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, das próprias entidades assistenciais de atendimento à criança e ao adolescente, e também do burburinho da política menor a que são reduzidas as lutas partidárias no município, as chamadas “picuinhas” político-partidárias. Essa contextualização institucional é importante para superar análises funcionalistas e ingênuas e permitiu que os autores em questão formassem uma compreensão paradigmática quanto à produção institucional da prefeitura municipal na área dos direitos da criança e do adolescente e da Assistência Social, desenhando o que denominaram de paradigma da “Assistência Social como clientelismos assistencialista do poder público” (p. 627-631).

Nesse sentido, em um artigo sobre a análise da prática institucional no Serviço Social, Santos (2008) relata que as relações entre os trabalhadores do Serviço Social, os usuários e o objeto da prática possuem suas limitações em nível organizacional e institucional, colaborando para a não autonomia efetiva do trabalho dos assistentes sociais. A falta de compreensão dessa realidade institucional faz com que o profissional não se dê conta da complexidade de sua prática, deslocando a culpa para sua própria atuação e para a falta de recursos técnicos para o desenvolvimento de suas ações.

No cotidiano da prática, junto às questões emergentes, pode parecer ao assistente social que lhe falte técnica para exercer sua profissão. A questão é que, para aplicar qualquer técnica, o profissional está submetido às normas organizacionais, a saberes institucionais e ao contexto histórico. O assistente social critica o contexto histórico (a luta de classes), mas não estuda concretamente as relações entre saber e poder e a micropolítica que se dá dentro de uma organização institucional. Toda prática profissional tem uma dimensão técnica, uma dimensão institucional e uma dimensão contextual. Falta, portanto, o estudo da dimensão institucional da prática profissional (SANTOS, 2008, p. 6).

Assim como autores do Serviço Social (ANHUCCI, 2007, 2016; SANTOS, 2008), nessa dissertação, no campo da Psicologia, pretendemos apresentar o universo da prefeitura, enquanto uma *organização* administrativa, que pode ser incluída no âmbito da Política como *instituição social*, de modo que os psicólogos trabalhadores do serviço público municipal possam compreender a dimensão institucional da máquina pública, visando a uma atuação mais informada desses profissionais.

Não é muito comum que psicólogos se ocupem com o tema da prefeitura municipal como estabelecimento institucional que cria condicionamentos e determinações para os seus funcionários, e, dentre eles, para os psicólogos. De acordo com Yamamoto (2007), o psicólogo também pode ser considerado como um executor terminal das políticas públicas sociais no município, realizando aí uma intervenção parcializada. Dessa forma, a autonomia do profissional psicólogo é limitada e condicionada, mas será em grau muito maior, caso ele ignore e desconheça como funciona e o que produz a prefeitura. Logo, seu trabalho poderá ser “sabotado” caso a lógica institucional da prefeitura não seja democrática, participativa e que vise à produção de cidadania. Ao longo das visitas de observação participante nas secretarias municipais, verificamos o predomínio de uma dinâmica burocrática e autoritária em determinados aspectos da gestão pública, o que pode inviabilizar a atuação dos profissionais e a produção de cidadania, com a oferta de serviços públicos de qualidade, estes que são um direito da população.

[...] o desafio posto para a categoria é ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia (YAMAMOTO, 2007, p. 36).

O profissional “psi” precisa saber o que está fazendo, situando sua prática no contexto sócio-histórico mais amplo, deve ser capaz de justificar porque desempenha sua ação da maneira como a realiza e, sobretudo, precisa ser capaz de calcular os efeitos de suas práticas: elas podem ir em direção à reprodução das relações sociais de dominação-subordinação ou se orientarem no sentido da emancipação, da consciência de classe, da transformação sócio-histórica. “De igual modo, a prática profissional de psicólogos [...] pode estar mais ou menos alinhada com perspectivas instituintes mais arrojadas, ou com visões e ações reafirmadoras do instituído” (BENELLI, 2014, p. 117).

Nesse sentido, o reconhecimento, ainda que cognitivo em dado momento, da especificidade e das vicissitudes mais correntes das instituições dedicadas à construção social do ser humano, pode funcionar como um importante operador de análise e inclusive, como um bom ponto de partida para a construção de soluções para os problemas e sofrimentos dos diversos atores institucionais que ali vivem. Portanto, para compreender o que é uma *instituição* ou *organização*, podemos iniciar uma análise sobre os discursos e práticas dos agentes institucionais, considerando que eles possuem múltiplas relações com o jogo social mais amplo, ao mesmo tempo em que lidam com o sistema manifesto e oculto das *instituições*.

### **Justificativa**

A realização dessa pesquisa justifica-se em virtude da escassez de trabalhos que abordem a temática da prefeitura como um estabelecimento institucional necessário para a implementação de políticas públicas e para a produção de cidadania. Se não é possível discutirmos sobre Saúde Mental, enquanto uma *organização*, sem problematizarmos seus *estabelecimentos* – os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) –, conseqüentemente, não podemos falar de políticas públicas sem nos referirmos às prefeituras e suas secretarias municipais, enquanto âmbitos institucionais que as concretizam no território municipal. Por

isso, realizamos alguns levantamentos nos bancos de teses e dissertações das principais universidades do Brasil e ainda no banco de pesquisa da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Virtual em Saúde da Psicologia com a finalidade de encontrarmos publicações relacionadas ao tema dessa pesquisa.

Dentre os trabalhos pesquisados no Banco de Dados da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) sobre prefeitura e gestão pública, encontramos dois estudos que mais se aproximam com nossa temática de pesquisa, no sentido de abordar a questão da gestão pública, mas com particularidades que os distinguem da nossa perspectiva. O primeiro, intitulado “Gestão por processos de negócios: uma proposta para administração pública municipal” (BRANDI, 2013), é uma tese de doutorado em engenharia mecânica que diz respeito à proposição de um modelo de gestão pública municipal. São abordadas questões relativas aos conceitos de gestão por processos de negócios e pretende-se apresentar uma proposta de gestão estruturada por tais processos voltada às prefeituras. Para isso, a autora realizou uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários a funcionários de duas prefeituras, com a finalidade de verificar a aderência da gestão por processos de negócios no ambiente da gestão pública municipal. Foram elencados os resultados obtidos de maneira quantitativa, sem problematizá-los criticamente. O segundo estudo é uma dissertação de mestrado em Saúde Coletiva e tem como título a “Avaliação de um sistema municipal de saúde sob a perspectiva de parâmetros e informações em saúde com ênfase na gestão” (BUENO, 2003). É um trabalho que visa avaliar o sistema de gestão municipal de saúde em um município e apresenta como um dos resultados a utilização do modelo de cogestão, democrático e participativo, com equalização de poder entre governo, sociedade civil e trabalhadores de saúde, porém, relata a incipiência em diversas práticas relativas à gestão e aborda especificamente a área da Saúde.

No Banco de Teses da CAPES, encontramos oito registros com a palavra “prefeitura”, em estudos da área do conhecimento da Psicologia, vinte e oito registros na área da Administração e quatorze em Administração Pública. Em Psicologia, apenas um desses trabalhos relaciona-se diretamente com a temática da prefeitura, em uma abordagem da Psicologia Organizacional e do Trabalho, tratando sobre a questão da qualidade de vida no trabalho e a ergonomia da atividade dos atendentes públicos municipais. Na área da Administração, encontramos um estudo de caso em uma prefeitura que diz respeito ao conflito de interesses na administração pública, especificamente na Secretaria de Saúde, demonstrando situações em que os interesses pessoais sobressaem aos interesses públicos.



Após uma leitura e análise mais aprofundada desses trabalhos, observamos que nenhum deles trata com maior ênfase as questões discutidas nessa pesquisa. Portanto, podemos dizer que são escassas as pesquisas, realizadas por psicólogos, que abordem nosso objeto de investigação e isso demanda a produção de pesquisas nesse sentido. Afinal, o campo das políticas públicas está em constante expansão e é uma das principais áreas de atuação dos psicólogos na contemporaneidade. Estes profissionais inseridos nas políticas públicas de Saúde podem atuar nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nos CAPSs, com o propósito de intervir no processo saúde-doença, auxiliando na prevenção e promoção saúde e qualidade de vida. Já os psicólogos inseridos nas políticas públicas de Assistência Social, podem compor as equipes de trabalho dos *equipamentos* do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como os CRAS e os CREAS. Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007), o psicólogo, enquanto trabalhador da Assistência Social tem por objetivo básico o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o desenvolvimento das políticas públicas.

Outra razão para a efetuação desse trabalho de pesquisa advém de nossas experiências vivenciadas durante a graduação em Psicologia. Já nessa época, entendíamos que a prefeitura, como *estabelecimento* institucional, é um intermediário necessário – mas suas modalidades de funcionamento são contingentes – para o trabalho dos psicólogos que se engajam em diversos setores das políticas públicas sociais de Saúde, de Educação e de Assistência Social, etc.

Se por um lado, o entendimento de que a Psicologia, para ser capaz de produzir transformações sociais – questão que precisa ser politicamente adjetivada – as quais estejam alinhadas com os interesses do polo subordinado da sociedade de classes, no capitalismo neoliberal, vem ficando cada vez mais claro, por outro, pouca atenção vem sendo conferida ao modo concreto de inserção dos psicólogos, enquanto profissionais e trabalhadores, no plano institucional municipal. [...] a prefeitura municipal, estabelecimento institucional do campo da Política, é o espaço no qual se institucionalizam as práticas de Administração Pública e vem se constituindo no principal contratador de psicólogos, os quais fazem concursos e outros tipos de seleção para ocuparem cargos de execução de um amplo conjunto de políticas públicas, nas áreas da Saúde, da Educação e, mais recentemente, da Assistência Social (PENARIOL; BENELLI, 2015, p. 141-142).

A gestão pública municipal se tornou o principal empregador dos psicólogos (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010; MACEDO, et al., 2011; MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). O Brasil já possui uma quantia expressiva de psicólogos inseridos nos mais diversos

campos do funcionalismo público<sup>1</sup>, cuja tendência é aumentar, principalmente nas áreas de Saúde, da Educação e também da Assistência Social; e almejamos oferecer uma contribuição a esses profissionais trabalhadores e/ou ingressantes na carreira pública municipal, colecionando, organizando, sistematizando e divulgando um conjunto de informações estratégicas quanto aos modos de funcionamento da gestão pública municipal, de modo a que eles, conhecendo bem esse universo institucional, possam desenvolver uma atuação informada e precavida. Baptista (2012, p. 62-63) aponta que

[...] a inserção dos psicólogos no campo das Políticas Públicas se dá com muita frequência por meio de suas contratações pelo Estado. Desse modo, a atuação dos psicólogos no serviço público possui uma inexorável implicação com relações de poder, e, por conseguinte, com aspectos éticos e deontológicos da categoria.

É importante salientarmos que nosso trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa *in vitro*, na qual nos instrumentalizamos com as ferramentas e conceitos metodológicos da AI para realizar uma pesquisa acadêmica de mestrado, situados no âmbito da universidade. Trata-se de uma pesquisa *in vitro* porque foi realizada no contexto da academia universitária, como parte das exigências da formação acadêmica para a obtenção do grau de mestrado. Não pretendíamos fazer uma pesquisa nos moldes positivistas tradicionais, já prevenidos de que é importante buscar superar as formas autoritárias e objetificadoras de produção do conhecimento. A AI consiste numa perspectiva transdisciplinar que pretende questionar e avançar na superação dos especialismos técnicos dotados de saber, de poder e de mando, propondo práticas autoanalíticas e autogestivas que devem ser operadas pelos sujeitos dos coletivos institucionais. São os trabalhadores dos coletivos institucionais quem devem produzir os saberes e os conhecimentos, bem como tomar as decisões políticas necessárias para encaminhar o equacionamento dos seus diversos impasses. Essa pesquisa *in vitro* é uma pesquisa acadêmica, realizada a partir de visitas de observação participante em três Secretarias Municipais de uma prefeitura e fundamentada na literatura, na documentação e também nos dados produzidos no campo. Não se trata de uma Socioanálise no sentido literal do termo, ou seja, de uma AI em situação, pois não tivemos uma encomenda para a realização desse trabalho pela prefeitura e nem nos propusemos a intervir na realidade investigada e,

---

<sup>1</sup> Segundo o Jornal do Federal, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia, no ano de 2012, edição especial de 50 anos de Psicologia, o Brasil é o país com o maior número de psicólogos ativos. Diante desses dados e das mudanças da profissão de acordo com a necessidade da população, vê-se os psicólogos mais comprometidos com as políticas públicas do país, contabilizando mais de 50 mil profissionais atuando no Sistema Público de Saúde (SUS), na Assistência Social, na Justiça, Segurança Pública e Forças Armadas. Confira a reportagem na íntegra no link: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Jornalespecial1.pdf>.

menos ainda, propor soluções para os conflitos daquela *organização*. Entendemos que o trabalho de mapear com clareza um certo conjunto de problemas e de apresentá-los de modo lógico e sistemático já consiste em uma contribuição que possui relevância. A AI também nos ensinou a termos cuidado com as práticas prescritivas e autoritárias típicas do modelo científico positivista, muito comum na academia universitária.

## **Objetivos**

A partir dessa pesquisa, pretendemos estudar a prefeitura municipal enquanto *estabelecimento* institucional e verificar como são sua dinâmica e seus modos de funcionamento. Nosso objetivo geral consiste em realizar uma AI *in vitro* da prefeitura municipal, desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública, em um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Nossos objetivos específicos consistem em:

a) compreender a história da formação cultural da política brasileira, por meio de uma revisão bibliográfica pertinente, de modo a poder contextualizar a realidade pesquisada na história brasileira;

b) estudar as práticas e os saberes, os discursos e os procedimentos técnicos e administrativos de uma prefeitura municipal, localizada em um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo;

c) compreender as modalidades de gestão, os problemas e os impasses do cotidiano dessa prefeitura municipal;

d) contribuir com a elaboração de coordenadas e informações orientadoras para psicólogos que já atuam e também para os que eventualmente venham a ingressar no serviço público municipal.

Algumas das questões que nortearam essa pesquisa podem ser resumidas nas seguintes perguntas: Qual é a história da formação cultural da política brasileira? Quais seriam suas figuras típicas predominantes? Existem modelos diversos de gestão da coisa pública? Quais os modelos adotados na gestão pública, na realidade pesquisada? Quais seriam seus impasses e possíveis equacionamentos? Qual é a cultura organizacional da prefeitura quanto aos seus funcionários?

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos. Partimos do universal para o singular ao longo dos capítulos, pois desse modo pretendemos conduzir o leitor em um percurso que lhe possibilitasse uma reflexão e análise, a partir da discussão e do material apresentado.

O primeiro capítulo dessa dissertação foi composto por uma discussão sobre a AI como um aporte teórico importante para o estudo do campo das instituições, nesse caso particular, a Política. Discutimos alguns dos principais conceitos da AI bem como o pano de fundo histórico que a contextualiza. Por isso, partimos de um plano geral, apresentando o Movimento Institucionalista (MI) e suas principais abordagens para então discorrermos sobre a AI no contexto brasileiro. Em seguida, apresentamos algumas intersecções entre a Psicologia e as Políticas Públicas, especificamente as de Saúde e de Assistência Social, de modo a contextualizar a realidade institucional que constitui nosso campo de discussão.

No segundo capítulo, traçamos o referencial metodológico e apresentamos a caracterização de nosso objeto de pesquisa, abordando a metodologia da AI. Fizemos uma caracterização do objeto de pesquisa, com uma explanação sobre os instrumentos de investigação, visando problematizar as práticas discursivas e não discursivas que atravessam a gestão pública municipal bem como os procedimentos de produção de dados e das análises dos resultados. Ainda apresentamos os conceitos da AI enquanto ferramentas e técnicas que nos permitiram sua operacionalização nessa investigação.

O capítulo três diz respeito à formação cultural política brasileira. Para isso, fizemos uma breve introdução sobre a Política enquanto campo institucional uma vez que denominamos a Política como uma *instituição*, a Gestão Pública uma *organização* e a prefeitura como um *estabelecimento*, subdividido em seus *equipamentos*. Assim sendo, discutimos as práticas, os costumes, os vícios do patrimonialismo e do clientelismo ainda marcantes no cenário da gestão pública municipal. Essa discussão foi embasada a partir das obras de Damatta (1995), Holanda (1999), Chauí (2001), Faoro (2012) e Leal (2012), autores que abordam os aspectos históricos, sociais, políticos e culturais que influenciaram a construção da sociedade brasileira, além de exemplificar as origens culturais do clientelismo e do patrimonialismo no âmbito político. Discorremos ainda sobre os conceitos de prefeitura e de gestão pública de modo geral, para em seguida, iniciar uma análise sobre o momento fundacional do município objeto dessa pesquisa, com a finalidade de esclarecer que o município investigado não representa uma exceção no complexo processo de formação cultural política do país.

No capítulo quatro, apresentamos algumas das modalidades da gestão pública, tais como a patrimonialista, a burocrática, a gerencialista, a democrática neoliberal, a democrática popular e a em rede, perpassando pelos diferentes períodos históricos, de acordo com a literatura. A finalidade de caracterizar essas diversas modalidades de gestão visou a nos permitir verificar qual e/ou quais desses modelos lógicos de gestão estariam presentes na dinâmica de funcionamento da prefeitura investigada, buscando compreender os impasses dessa prefeitura.

No capítulo cinco, antes de adentrarmos nas discussões e nos relatos das visitas de observação participante nas secretarias municipais, fizemos uma breve exposição sobre o município investigado, descrevendo a prefeitura e sua estrutura organizacional. Criamos categorias analíticas para organizar o material das observações participantes, de modo que pudéssemos explicar com maior clareza quais foram os principais analisadores potenciais<sup>2</sup> encontrados. Para melhor ilustrar nossas análises, apresentamos algumas vinhetas, produzidas durante nossas visitas de observação participante, por meio do diário de campo.

---

<sup>2</sup> Uma Socioanálise possui analisadores institucionais, mas uma AI *in vitro*, possui apenas “analisadores potenciais”. Estes últimos são parecidos com os analisadores de uma Socioanálise padrão. Entretanto, na Socioanálise padrão, os eventos analisadores operam efetivamente e analisam, pois são de fato transformadores da realidade institucional. Na AI *in vitro*, há algumas nuances, já que o pesquisador pode tomar muitas coisas do campo observado como “analisadores” para realizar uma reflexão e uma análise crítica no plano da pesquisa acadêmica e da produção de um conhecimento científico, sendo que tais eventos poderiam se aproximar da noção de categorias de análise. O pesquisador não cria categorias aleatoriamente, elas emergem do material de pesquisa. Contudo, o que para o pesquisador seriam “analisadores” pode não ser para o coletivo de trabalhadores do estabelecimento institucional investigado, pois esses analisadores podem não ser analíticos para eles, não operando mudanças na realidade deles, sendo vivenciados sem consciência, de modo inadvertido, sem questionamentos e, muitas vezes, podem ser experimentados apenas de modo reativo, a partir de uma implicação alienada com a manutenção do *status quo*. Isso exige que consideremos que os analisadores identificados numa análise *in vitro* sejam considerados apenas como “analisadores potenciais”, quando comparados com o conceito de analisadores que operam numa Socioanálise propriamente dita. São “potenciais” no sentido de que, caso fossem considerados pelos sujeitos envolvidos, poderiam operar efeitos transformadores na sua realidade. Por isso, o trabalho específico dessa pesquisa de mestrado não possui efeitos analisadores, contudo, tem a capacidade de desvelar a lógica hegemônica na prefeitura municipal e de contribuir, ainda que indiretamente, para sua transformação, caso haja interessados em tomá-la em consideração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, abordamos questões relativas ao estudo teórico-metodológico da AI. Especificamente, nosso objeto foi investigar a prefeitura municipal enquanto *organização*. Tivemos como propósito problematizar e compreender a dinâmica de funcionamento da prefeitura e contribuir com os psicólogos inseridos no serviço público municipal, de modo que, mediante esse entendimento institucional, eles possam ter uma atuação mais avisada, potente e menos ingênua.

Estruturamos a investigação e o texto da dissertação em cinco capítulos. Em um âmbito mais teórico, no primeiro capítulo, procuramos nos aprofundar no campo das discussões sobre a AI, notadamente quanto às suas principais premissas, seus conceitos e seu contexto histórico internacional e nacional. A contextualização histórica e social é uma importante estratégia da AI e ela também auxilia a compreensão da própria AI como um campo que possui sua própria singularidade. Nesse capítulo, ainda apresentamos algumas intersecções entre a Psicologia e as Políticas Públicas, particularmente as de Saúde e de Assistência Social, de modo a situar a realidade institucional que constituiu nosso campo de discussão. No segundo capítulo, procuramos nos ater aos fundamentos metodológicos da AI, seus principais conceitos, procedimentos técnicos de produção de dados, ferramentas e formas de análises dos dados levantados no campo. No terceiro capítulo, nosso intuito foi compreender o processo de formação cultural da política no Brasil e discutir sobre as práticas, os costumes, os vícios encontrados, dentre os principais identificamos que o patrimonialismo e o clientelismo ainda são marcantes no cenário da gestão pública municipal. No quarto capítulo, discorremos sobre os diferentes tipos de modalidades de gestão pública para analisarmos quais desses modelos lógicos de gestão atravessam a dinâmica de funcionamento da prefeitura investigada, buscando entender e explicar alguns dos impasses dessa prefeitura. Por fim, no quinto e último capítulo, apresentamos as discussões e os principais analisadores potenciais de nossa pesquisa de campo, produzidos durante as visitas de observação participante.

De acordo com a perspectiva teórica e metodológica da AI, os conceitos de *instituição*, *organização e estabelecimento*, *autoanálise e autogestão*, *forças instituintes e instituídas* e *implicação* foram importantes para estudar a dinâmica institucional da prefeitura municipal e permitiram desvelar um conhecimento para além do fenômeno aparente e observável. As ferramentas da observação participante e do diário de campo utilizados na pesquisa de campo

nos possibilitaram a compreensão das práticas e dos saberes discursivos e não discursivos, dos procedimentos técnicos e administrativos, das modalidades de gestão e dos problemas e impasses da prefeitura investigada enquanto *organização*, sendo fundamentais para desvelar os segredos da *organização* e aquilo que aparentemente era oculto – o não dito. A técnica de entrevistas e a aplicação de questionários entre os sujeitos envolvidos nesse trabalho não foram empregadas na etapa de produção de dados, pois além de não serem instrumentos compatíveis com os conceitos de *autoanálise* e *autogestão*, elas poderiam ainda se revelar limitantes haja vista a riqueza de informações constatadas em nossa imersão no campo. Desse modo, nossas discussões e análises tornaram-se plausíveis uma vez que nos amparamos na perspectiva teórica e metodológica da AI.

Muitas das questões abordadas ao longo de nossa dissertação podem ser consideradas habituais para quem trabalha rotineiramente no âmbito institucional de uma prefeitura municipal e possuem minimamente uma reflexão crítica sobre esse contexto. Tudo o que observamos e relatamos pode, inclusive, ser considerado como absolutamente natural, óbvio, aceitável, normal e corrente. Entretanto, escrevemos para advertir os que desconhecem tal microcosmo institucional e também para revelar nosso estranhamento problematizador, uma vez que nosso posicionamento é de que nada disso é natural, toda essa realidade institucional é produzida concretamente por *atores institucionais*, os quais estão inseridos historicamente em uma sociedade de classes e atravessados por uma ordem social de dominação e exploração, própria do MCP. Desconhecer isso é no mínimo uma grande ingenuidade. Constatamos que a realidade é como é, porque é feita assim pelas pessoas concretas, que re-produzem tal ordem de coisas. Mas, elas também poderiam, então, produzir uma realidade outra. Se elas podem ser fortemente condicionadas pelas coordenadas do MCP, não estão, no entanto, completamente determinadas:

Acreditamos que estudar os dispositivos institucionais assistenciais voltados para o atendimento de crianças e adolescentes, filhos dos membros das classes populares, considerados em “situação pessoal e social de risco”, representa um modo de construir conhecimentos relevantes para a área das políticas públicas focadas nesses atores sociais. Trabalhamos com a hipótese de que o reconhecimento, ainda que cognitivo em dado momento, da especificidade e das vicissitudes mais correntes das instituições assistenciais dedicadas a atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, pode funcionar como um importante operador de análise e inclusive, como um bom ponto de partida para a construção de soluções para os eventuais problemas e sofrimentos dos diversos atores institucionais. As determinações sócio-históricas e institucionais da realidade imediata também possuem um caráter dialético e, ao tomar conhecimento das suas contradições, é possível posicionar-se ativamente sobre tais determinantes e buscar promover sua modificação a partir de uma tomada de posição ética e política mais deliberada, caso se deseje (COSTA-

ROSA, 2000, 2011). (BENELLI, 2014, p.117-118).

Essa foi também a perspectiva teórica, técnica, política e ética que adotamos na produção da investigação institucional sobre a prefeitura municipal, que resultou na escrita dessa dissertação de mestrado.

Sobre as diversas possibilidades de funcionamento das prefeituras, de acordo com Benelli (2014, p. 144), há outras modalidades que se caracterizam por certa dimensão *instituinte*:

Uma experiência diametralmente oposta demonstrando como o poder público municipal não está fadado inexoravelmente a um destino tão nefasto, pode ser encontrado em Lancetti (1996), livro no qual se relata as invenções, as tensões e a potente criatividade instituinte, ousada e inovadora, no âmbito de uma Assistência Social eminentemente cidadã, implementada diretamente pelo poder público municipal na cidade de Santos, São Paulo, entre os anos de 1989 a 1993.

As prefeituras não estão designadas a um destino assim tão funesto, segundo Benelli (2014). Por isso, gostaríamos de apresentar algumas experiências de gestão pública municipal que poderiam servir como uma possibilidade de pensarmos em alternativas frente aos inúmeros problemas e impasses relativos à gestão, no nível municipal, e às políticas públicas sociais. O primeiro exemplo refere-se à prefeitura de Santos, litoral de São Paulo, em que Lancetti (1996), como secretário de Ação Comunitária na gestão de 1993-1996, descreve os diversos programas e projetos instituídos no município, tendo como foco crianças e adolescentes, em situação de rua, vítimas de exploração sexual, idosos, mulheres, desempregados e população de rua em geral. A finalidade dessa obra é relatar como foi e é possível implementar políticas públicas criativas, pautadas no princípio da cidadania, em uma gestão considerada Democrática Popular. O segundo caso, relatado por Mendes (2006) diz respeito à prefeitura de Campinas, interior de São Paulo, em que o prefeito e os gestores municipais, na gestão de 1993-1996, construíram um projeto de intervenção prática com crianças e adolescentes em situação de rua, partindo de uma lógica em que se considerava o sujeito em sua totalidade e não enfatizava somente aspectos focalizados da problemática apresentada. De acordo com Mendes (2006), durante muito tempo as ações municipais para esse problema eram centralizadas apenas no âmbito dos semáforos, no centro da cidade, tendo em vista que eram os locais onde havia a prevalência de crianças e adolescentes. Os investimentos para essas ações eram altos e os resultados ínfimos. Diante dessa conjuntura, a gestão municipal buscou como alternativa articular todos os setores governamentais



envolvidos com a questão de modo a elaborar ações conjugadas e um diagnóstico, sobretudo, no território de onde essas crianças e adolescentes eram provenientes com a finalidade de enfrentar as diversas causas do problema. As operações desenvolvidas incluíram a criação de projetos relacionados à atividade escolar, cultural e esportiva, renda familiar, profissionalização, por meio de cursos e capacitações, saúde, etc. Segundo Mendes (2006, p. 258), “[...] esse trabalho mostrou que é perfeitamente possível, quando se atua no lugar institucional certo e sobre o problema concreto, de gente concreta, em território concreto, criar um olhar síntese que caracteriza o enfoque intersectorial”.

Vamos tecer algumas considerações sobre alguns dos limites da investigação que empreendemos. Toda a conjuntura histórica local de nossa investigação poderia ser muito diversa daquilo que constatamos nessa pesquisa se a lógica institucional da prefeitura caminhasse em direção a outra perspectiva que não a do autoritarismo, do patrimonialismo e do clientelismo. Isso seria possível, embora não seja simples, muito menos, automático. A partir desse estudo, nosso objetivo foi, portanto, compreender a dinâmica institucional de funcionamento da prefeitura municipal e seus paradigmas, de modo que os profissionais da Psicologia, munidos dessas informações, possam ter uma maior clareza quanto aos desafios e possibilidades de atuação nesse âmbito. Nossa expectativa, longe de qualquer idealismo voluntarista e ingênuo, é de que eles possam trabalhar a partir de uma lógica *instituinte*, com potência para a transformação, baseados nos princípios da democracia e priorizando os mecanismos que promovam a participação popular, o controle social e o trabalho em rede.

Tendo em vista o processo de formação cultural político brasileiro, os modelos de gestão da Administração Pública (o patrimonialista, o burocrático, o gerencial e o democrático) e os dados de campo dessa pesquisa, verificamos que os modos de funcionamento da prefeitura municipal são atravessados pelas lógicas dos paradigmas patrimonialista, burocrático e democrático. Com relação à prefeitura investigada, podemos considerar que ela está pautada mais fundamentalmente em uma lógica *instituída*. Apesar de algumas *forças instituintes* – processos criadores, dinâmicos e dialéticos, os quais possibilitam a produção de algo novo, enquanto um conjunto de forças que mantém a *instituição* viva e renovada, atualizada, transformada e em transformação – constatadas durante nossa imersão no campo, tais como os conselhos municipais, as conferências municipais, as audiências públicas, o planejamento orçamentário – participativo apenas no plano do discurso –, verificamos o predomínio hegemônico do *instituído* (resultado material do *instituinte*) nessa prefeitura enquanto *organização*, com uma atuação permeada por

dispositivos autoritários, verticalizados, hierárquicos, funcionalistas, patrimonialistas, clientelistas e até coronelistas.

Pesquisas de natureza institucionalista permitem análises com relação às vivências subjetivas dos *atores institucionais* envolvidos nessa *organização* específica enquanto trabalhadores, que desempenham múltiplas funções e, em geral, com a transição entre as gestões no município, assumem diferentes colocações, novos cargos ou ainda, por questões políticas, são realocados e transferidos para outras repartições da prefeitura.

Diante do cenário apresentado e das discussões apresentados nessa dissertação no que diz respeito à gestão pública municipal, repleto de impasses, práticas autoritárias, patrimonialistas e a compreensão do processo de formação político cultural brasileiro, relembremos os dizeres de Chauí (2000), pois eles nos parecem muito pertinentes para caracterizar a atual conjuntura temerosa do país: “a democracia, no Brasil, ainda está por ser inventada” (p. 564).

A CF (BRASIL, 1988) possibilitou um avanço no discurso oficial ao instituir o Estado Democrático, com destaque para os conceitos de democracia, participação popular, controle social e conselhos municipais. Entretanto, a instituição formal e legal de um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais não garante de imediato aos cidadãos o usufruto desses direitos previstos constitucionalmente. Nesse sentido, é pertinente considerarmos a diferença entre a institucionalização formal e o usufruto dos direitos, pois a Constituição sinaliza a existência de diversos direitos, mas é preciso que o sujeito lute por eles. E isso é lícito e pertinente, uma vez que estão enunciados oficial e publicamente. Apesar da CF (BRASIL, 1988) estabelecer um amplo conjunto de direitos aos cidadãos brasileiros, sabemos que eles estão postos, mas isso não é sinônimo de que eles são automaticamente incorporados à realidade, de modo que possam ser simplesmente gozados. Mesmo com alguns avanços conceituais importantes em termos da legislação brasileira, temos que reconhecer que ainda estamos em um processo de lutas para poder desfrutar dos direitos afiançados pela CF. O MCP não é nada favorável aos direitos de cidadania para todos.

Um outro aspecto a ser considerado é que, por hipótese, a maneira como a política é pensada e implementada no município está diretamente relacionada com a prefeito eleito e com o partido ao qual ele é filiado. Se o prefeito é de esquerda e está ligado a um partido de esquerda, ou se é conservador e está alinhado com um partido de direita, isso pode marcar de modo diferente os rumos das práticas políticas municipais e as ênfases da gestão. Parece haver um esfumaçamento das distinções entre esquerda e direita no âmbito da política no

contemporâneo. Isso também é assim no município pesquisado, embora o prefeito que governou durante nossas investigações fosse filiado a um partido de direita que era hegemônico no Estado de São Paulo nesse período. Supomos que pessoas dotadas de alinhamentos éticos distintos podem imprimir sentidos diversos na gestão municipal. Mas, a própria máquina pública local possui uma consistência *instituída* que também resiste às inovações, sejam de direita ou de esquerda.

É significativo considerarmos a complexidade que envolve o campo da gestão pública municipal no que concerne a numerosas questões humanas, sociais, econômicas, financeiras, administrativas, técnico-operacionais, dentre tantas outras. Por isso, foi importante estabelecer a delimitação de alguns aspectos para a compreensão do nosso objeto, tendo em vista o limite de tempo para a realização de uma pesquisa de mestrado, sendo impossível contemplar as discussões e as análises de todas essas questões elencadas. A singularidade do nosso trabalho de investigação e as visitas de observação participante se centralizaram nas secretarias municipais – que representam o nível mais alto da hierarquia no organograma municipal – com a finalidade de compreender a dinâmica de funcionamento da prefeitura em um nível macro em decorrência da falta de estudos e publicações especificamente nesse âmbito. Há uma maior concentração de trabalhos publicados que discorrem sobre os equipamentos públicos tanto na área da Assistência Social, estudando de diversos modos os CRASs e CREASs, quanto na Saúde, sobretudo, investigando os CAPSs, as UBSs, etc. Ao longo de nossa pesquisa, adotamos um conjunto de estratégias para que pudéssemos captar elementos importantes para as análises de nosso trabalho.

A questão do tempo para a realização de uma pesquisa de mestrado também foi um fator limitante para a execução de um trabalho mais amplo nos permitisse captar as forças e discursos *instituintes* que devem estar presentes na realidade municipal. Isso não significa que as forças *instituintes*, os movimentos contraditórios e as forças polissêmicas estivessem ausentes dessa gestão, possivelmente elas estão presentes no plano micropolítico dos grupos de trabalhadores em estabelecimentos diversos que não foram observados, pois estávamos atentos apenas ao alto escalão da prefeitura. Forças antagônicas se manifestaram claramente no cenário municipal nas eleições de 2016, uma vez que o prefeito da atual gestão não foi reeleito para um mandato consecutivo, ficando em segundo lugar com uma diferença expressiva do novo prefeito eleito. Podemos considerar que o eleitorado do município investigado, em certo movimento instituinte preferiu votar no candidato da oposição, de perfil mais alinhado com os mais pobres.

Outro destaque diz respeito à possibilidade de avançarmos nas brechas institucionais para empreender uma análise das dimensões táticas e estratégias de transformação da gestão pública municipal. No entanto, há nossos limites enquanto pesquisadores em uma *AI in vitro*, pois nossas visitas de observação participante foram delimitadas em certos espaços físicos. Apesar da persistência e empenho em conseguir autorização para participar de determinadas reuniões e ter acesso a lugares e documentos, apenas pudemos estar onde nos autorizaram.

Pensamos que os psicólogos, juntamente com os demais trabalhadores da gestão pública municipal precisam poder fazer uma boa leitura do plano institucional da prefeitura, de modo a organizarem formas de ocuparem as brechas disponíveis, buscando construir estratégias e táticas que lhes permitam avançar na direção de transformações que interessem ao polo subordinado, a classe trabalhadora popular. Essa dissertação quer ser uma contribuição para esse movimento. Nisso também nos orientamos a partir da perspectiva de Benelli (2016, p.111):

Certamente pode parecer que é mais fácil apresentar, discutir e procurar entender os problemas a partir de certas teorias e perspectivas de análise do que explicitar quais são as propostas para o equacionamento das questões em pauta. Se não é fácil propor soluções para problemas complexos – e soluções simples não existirão, já que os problemas são complexos – explicitar problemas mal colocados e opor a eles a precisão de um problema, talvez já seja uma contribuição importante, embora modesta, procurando evitar qualquer atitude onipotente.

Por fim, gostaríamos de discorrer sobre os possíveis caminhos de pesquisas e estudos referentes ao universo institucional da gestão pública municipal que poderiam derivar desse nosso trabalho. Em nossas análises evidenciamos alguns impactos tanto organizacionais quanto institucionais, observados durante nossa imersão no campo, no que diz respeito às diferentes formas de gestão, afetando as relações de trabalho, a maneira como a gestão municipal é pouco estruturada e incipientemente planejada, a implementação frágil das políticas públicas, a oferta de atendimentos variados, de qualidade questionável e, conseqüentemente, à população – que é causa e a razão de ser da institucionalização de algo como uma prefeitura municipal.

Para tanto, diante da atual situação do Brasil, caracterizada por uma intensa crise política e econômica, com elevados cortes de gastos públicos nas esferas federal, estadual e

municipal e a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)<sup>67</sup> que delimita as despesas e os investimentos públicos no país por um período inicial de vinte anos, pensamos, em uma perspectiva macro, compreender como essa crise pode impactar o funcionamento da gestão pública municipal, isto é, as prefeituras, as políticas públicas, e logo, a sociedade composta por sujeitos cidadãos de direitos que exigem diversas modalidades de atenção.

No âmbito micro institucional, ao conhecer de perto a lógica de funcionamento da prefeitura municipal, analisar suas modalidades de gestão e entender o processo de formação cultural político brasileiro, nos permitiu pensar em futuras pesquisas que abordem a dinâmica institucional da prefeitura, especificamente no tocante às vivências subjetivas de trabalhadores imersos no campo do funcionalismo público municipal. Refletir a atuação desses trabalhadores, analisar seus discursos recorrentes, por exemplo, com relação às transformações advindas a partir da troca da equipe de gestão municipal, depois de mais um pleito eleitoral, perceber como esses sujeitos vivenciam esse processo de transição e as possíveis implicações disso no desempenho do trabalho e no processo saúde-doença, nos fez compreender a importância e necessidade de estudos que contemplem esses sujeitos trabalhadores, inseridos no serviço público municipal.

---

<sup>67</sup> A PEC 241/16 ou PEC 55/16, popularmente conhecida como a PEC do Teto dos Gastos Públicos é uma proposta que visa o congelamento dos gastos sociais durante vinte anos, implicando em um severo retrocesso social, sobretudo, para a classe trabalhadora. Inicialmente, aprovada pela Câmara dos Deputados como PEC 241/16, em 13 de dezembro de 2016, o Senado Federal também aprovou o texto final da PEC 55/16, impondo um teto aos gastos públicos pelos próximos vinte anos.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R. N. Overcoming the Dilemmas of Participatory Democracy: the Participatory Budget Policy in Porto Alegre. *Espaço e Geografia*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 169-199, 2001.

ABRANCHES, S. H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no País do Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AFONSO, M. L. M.; VIEIRA-SILVA, M.; ABADE, F. L.; ABRANTES, T. M.; FADUL, F. M. A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisas e práticas psicossociais*, v. 7, n. 2, São João Del-Rei, p. 189-199, 2012.

ALMEIDA, A. C. S. A formação político-cultural do Brasil: excertos do pensamento de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. *Ponto-e-vírgula*, v. 9, n. 1, p. 163-171, 2011.

ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau, analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, J. M. Assistência Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 22-25.

AMÂNCIO, J. M.; DOWBOR, M.; SERAFIM, L. *Controle social: dos serviços públicos à garantia de direitos*. São Paulo: CEBRAP/ IDS, 2010.

AMARANTE, P. (Org.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: SDN/Ensp, 1995.

ANDRADE, N. A.; AGUILAR, A. M.; MORAIS, E. M.; PEREIRA, R. C. M.; FONSECA, V. R. *Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual*. São Paulo: Atlas, 2005.

ANGUERA, M. T. *Metodología de la observación en las Ciencias Humanas*. Madrid: Cátedra, 1985.

ANHUCCI, V. *O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva da participação e do controle social*. 2007. 189f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2007.

\_\_\_\_\_. *A dimensão política do orçamento público no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente*. 2016. 247f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016.

ANHUCCI, V.; SUGUIHIRO, V. L. T. A construção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na perspectiva da participação e do controle social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 47-54, 2010.

ARAGÃO, C. V. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. *Revista do Serviço Público*, v. 48, n. 3, p.104-132, 1997.

ARCARO, N. T.; MEJIAS, N. P. A evolução da assistência psicológica e em saúde mental: do individual para o comunitário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 6, n. 3, p. 251-266, 1990.

ARDOINO, J.; LOURAU, R. *As pedagogias institucionais*. São Carlos: Rima, 2003.

ASSIS, S. G. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

AVELINO FILHO, G. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 225-240, mar. 1994.

BAPTISTA, G. C. Análise de políticas públicas, subjetividade e poder: matrizes e interseções teóricas. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n.1, p. 45-67, 2012.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo Perspec*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BARBIER, R. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARBOSA, R. N. *A responsabilidade social das empresas e os projetos sociais: filantropia ou emancipação Social?* 2003. 308f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista – “Júlio De Mesquita” – UNESP – Franca, São Paulo, 2003.

BAREMBLITT, G. F. *O Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora FBG/IFG, 2012.

BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). PUC/São Paulo. São Paulo, 447pp, 1994.

\_\_\_\_\_. Institucionalismo e Dispositivo Grupal. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. *Saúde Loucura*. Análise Institucional, n. 8, 2004. p. 65-78.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *A produção da subjetividade na formação do clero católico*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Conselhos municipais: práticas e impasses no cenário contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.17, n.4, p. 577-586, 2012a.



\_\_\_\_\_. Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org.). *Políticas públicas e clínica crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b. p. 63-84.

\_\_\_\_\_. *Análise psicossocial da formação do clero católico*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013a.

\_\_\_\_\_. Um psicólogo nos conselhos municipais de Assistência Social e dos direitos da criança e do adolescente: construindo referências para a prática. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org.). *Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais*. Curitiba: CRV, 2013b. p.115-144.

\_\_\_\_\_. *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

\_\_\_\_\_. A lógica da rede na atenção socioeducativa para crianças e adolescentes na Assistência Social. In: XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; TEODORO, D. V S.; SILVA, P. C. T.; ZANIN, R. A. S. (Orgs). *ECA, SUAS e o e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Publit, 2016. p. 40-77.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. A construção de Redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). *Psicologia, Estado e Políticas Públicas*. Assis: UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010. p. 25-85.

\_\_\_\_\_. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, v. 23, n.4, p. 609-660, 2012a.

\_\_\_\_\_. Conselhos Municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n.4, p.577-586, 2012b.

\_\_\_\_\_. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, 2013.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G.; NOVAES, H. T. Os grilhões da gestão pública: o processo decisório e as formas contemporâneas de dominação patrimonialista. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.). *Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 217- 251.

BERETTA, R. C. S. *Estado, municipalização e gestão municipal*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 77, p. 63-77, 2004.

BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ANPOCS, 1995.

\_\_\_\_\_. Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v. 2, n. 2, p. 64-80, 2012.

BIASI, L. M. F. Controle social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 65-68.

BISNETO, J. A. A Socioanálise no Serviço Social no Brasil. In: RODRIGUES, H.B.C.; ALTOÉ, S. (Org.). *Análise institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.29-37. Col. Saúde & Loucura.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998. v.1.

BOCK, A. M. B. Superando as concepções tradicionais: o ponto de vista das entidades. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1999. p. 77-167.

\_\_\_\_\_. *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOMFIM, E. M. *Psicologia Social no Brasil*. Belo Horizonte: edições do campo social, 2003.

BOUERI, R. *et al.* A CF/88 e o federalismo fiscal. In: CARDOSO JR., J. C.; CASTRO, P. R.; MOTTA, D. M. *A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental*. Brasília: Ipea, v.2, 2009. p. 61-89.

BRANDI, L. S. N. *Gestão por processos de negócios: uma proposta para administração pública municipal*. 2013. 209f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica). Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.112*, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Casa Civil, 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei nº 8.742/93. Brasília, DF: MDS, 1993.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.257/01*. *Estatuto das Cidades*. Brasília, DF: Casa Civil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF: SNAS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social*. Resolução nº 237, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF: CNAS, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social (NOB/RH)*. Brasília, DF: MDS, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde e Departamento de Atenção Básica, 2006c.

\_\_\_\_\_. *Cartilha SUAS 1- Orientação acerca dos Conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social*. Brasília, DF: SNAS, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento*. Brasília, DF: Programa Próconselho, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Orientações para Conselheiros da Área de Assistência Social*. Brasília, DF: TCU, 2007d.

\_\_\_\_\_. *Guia Básico para Gestão dos Municípios*. Brasília, DF: MP, 2008.

\_\_\_\_\_. *Orientações gerais do Conselho Nacional de Assistência Social para a adequação da lei de criação dos conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social, 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº141*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Curso de introdução ao exercício do controle social do SUAS*. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, M. I. S. (Org.). *Política social e democracia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 197-215.

BUENO, M. F. P. F. *Avaliação de um sistema municipal de saúde sob a perspectiva de parâmetros e informações em saúde com ênfase na gestão*. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

CÂMARA, L. M. O cargo público de livre provimento na organização da administração pública federal brasileira: uma introdução ao estudo da organização da direção pública na perspectiva de estudos organizacionais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 635-659, 2009.

CAMPOS, E. B. *Controle Social das Políticas Públicas*. Notas para Debate. Belo Horizonte, 2004.

CAMPOS, G. W. S. *Um método para análise da co-gestão de coletivos*. Editora Hucitec, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desafios para os prefeitos na área da saúde*. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/2016/09/desafios-para-os-prefeitos-na-area-da-saude-por-gastao-wagner-de-souza-campos/>>. Acesso em: 12 de set. 2016.

CAPISTRANO, D. Prefácio. In: LANCETTI, A. (Org.). *Assistência Social e Cidadania: invenções, tensões e construção da experiência de Santos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CARVALHO, H. M. Criação e provimento dos cargos públicos comissionados e o controle pelo poder judiciário. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 94, nov. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10721](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10721)>. Acesso em 9 fev. 2016.

CARVALHO, M. C. B. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 87, p. 123-131, 2006.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Orgs.). *Dicionário de políticas públicas*. Barbacena: EdUEMG, 2012.

CÊA, G. S. S.; LUZ, A. S. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. *Revista Espaço Acadêmico*, 63., 2006. Disponível em: [www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm](http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm). Acesso em: 24 fev. 2010.

CÉSAR, J. B. M. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. *RVMD*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 356-384, 2011.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 7. ed. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 2. ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2001.

COIMBRA, C. M. B. A Divisão Social do Trabalho e os Especialismos Técnico-Científico. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 9-15, 1990.

\_\_\_\_\_. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. *Guia da boa gestão do prefeito*. Brasília, DF, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Democracia e subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos*. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

\_\_\_\_\_. *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de Assistência Social (SUAS) – informações para gestoras e gestores*. Brasília-DF: CREPOP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Federal*. Brasília: CFP. Ano XXIII, n. 104, 2012.

\_\_\_\_\_. *Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS: orientações para gestores*. Brasília-DF: CREPOP, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Brasília-DF: CREPOP, 2013b.

\_\_\_\_\_. A psicologia brasileira apresentada em números. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 15 de dez. 2016.

CORREIA, M. V. C. *Desafios para o Controle Social: subsídios para a capacitação de conselheiros*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

\_\_\_\_\_. Controle Social. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.). *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro, EPSJV, 2009. p. 104-110.

COSTA-ROSA, A. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaio de Loucura & Civilização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

\_\_\_\_\_. *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COUTO, L. D. Características da democracia liberal: breves comentários. *Revista Redescrições – Revista online do GT de Pragmatismo*, v.3, n. 3, p. 58-70, 2012.

CREPOP - CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Brasília, agosto de 2007.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). *Políticas públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 51-66.

CUNHA, A. M. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

DALLARI, D. A. *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. RJ: Rocco, 1997.



DANTAS, E. B. *Empreendedorismo e intra-empendedorismo: é preciso aprender a voar com os pés no chão*, 2008. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) Acesso em: 24 fev. 2010.

DANTAS, H. (Org.). *De olho no legislativo: um método para acompanhar mandatos parlamentares*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

DEMARCO, D. J. (Org.). *Gestão pública, município e federação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ CEGOV, 2015.

DEMO, P. *Participação é Conquista: noções de política social participativa*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livros, 2004.

DIAS, G. P. Empreendedorismo: uma “nova” noção para a (com) formação humana, nos interesses do capital. In: DIAS, G. P. *Anais do VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente*, 06 e 07 de novembro de 2006 - UERJ, RJ, 2006. p.1-14.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, SP, v. 3, n.3, p. 95-121, 1998.

DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Orgs.). *Políticas públicas e clínica crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DOLABELA, F. *Pedagogia empreendedora - o ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Cultura, 2003.

DONNÂNGELO, M. C. Estado e assistência médica. In: DONNÂNGELO, M. C. (Org.). *Medicina e sociedade (O médico e seu mercado de trabalho)*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 1-46.

ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAGNANI, E. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. 2005. 604f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

FALCHETTI, C. *Novos arranjos e velhos dilemas na democratização das políticas sociais: os conselhos de políticas públicas e a experiência de Araraquara*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FANTINEL, L. D. Algumas Questões para se Pensar Cultura Política no Brasil. *Psicologia Política*, v. 11, n. 21, p.15-28, 2011.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. RJ: Globo, 2001.

FEDOZZI, L. *Do patrimonialismo à cidadania participação popular na gestão municipal: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre. 1996. 313f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

\_\_\_\_\_. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Ippur/Fase, 1997.

\_\_\_\_\_. Avaliação das práticas de construção dos orçamentos participativos. In: MARX, V. (Org.). *Democracia participativa, sociedade civil e território*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014, p. 49-78.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIDELIS, J. *Instrumentos de Planejamento e suas Contribuições na Gestão Municipal: estudo de caso em três municípios*. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

FLORES, A. P. P. Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 196-199.

GAULEJAC, V. Psicossociologia e sociologia clínica. In: ARAÚJO, J.N.G.; CARRETEIRO, T.C. (Org.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001. p. 35-47.

GENRO, T.; SOUZA, U. *Orçamento Participativo - a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Perceu Abramo, 1997.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, p. 57-63, 1995.

GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONG 's e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, p.20-31, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, A. C. A dialética da tradição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 12, p. 15-27, 5 fev. 1990.

GOMES, E. G. M. *Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições*. 2003. 110f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

GONÇALVES, M. F. R. *Manual do prefeito*. 13. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAEF, A. Cargos em comissão e funções de confiança: diferenças conceituais e práticas. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, v. 7, n. 2, p. 61-71, jul./dez. 2008.

GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

GUIRADO, M. *Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição*. Interação em Psicologia, Curitiba, 2009.

GUTIERREZ, G. L. *Por que é tão difícil participar?* São Paulo: Paulus, 2004.

HEGEL, G. W. F. A Fenomenologia do espírito. In: HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito; Estética: a ideia e o ideal; Estética: o belo artístico e o ideal; Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 2-75.

HESS, R. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau, analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 15-46.

HESS, R; SAVOYE, A. *L'analyse institutionnelle*. Paris: PUF, 1993.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 261-298.

IANNI, O. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de desenvolvimento do milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523\\_relatorioodm.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. C. Orçamento participativo: co-responsabilidade na gestão das cidades. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.13, p. 119-128, 1996.

JUCÁ, M. C. M. Crise e reforma do Estado: as bases estruturantes do novo modelo. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, v. 8, n. 61, 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos3598>>. Acesso em 18 abr. 2016.

JUNQUEIRA, L. P.; INOJOSA, R. M. Gestão dos serviços públicos de saúde: em busca de uma lógica da eficácia. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v. 26, n. 2, p. 20-31, 1992.

KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. (Org.). *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

L'ABBATE, S. O exercício de intersubjetividade como mediação entre grupos sociais e gestores nas práticas de saúde. *II Seminário sobre Educação e Saúde no Contexto da Promoção da Saúde e II Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde*. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. A análise institucional e a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.8, n.1, p.265-274, 2003.

\_\_\_\_\_. O analisador dinheiro em um trabalho de grupo realizado num Hospital Universitário em Campinas, São Paulo: revelando e desvelando as contradições institucionais. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. (Org.). *Análise institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 79-99. Col. Saúde & Loucura.

\_\_\_\_\_. Análise Institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. *Mnemosine*, v. 8, n.1, p.194-219, 2012.

L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. (Org.). *Análise institucional e Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LAJÚS, M. L. S. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Cadernos do CEOM, Políticas Públicas: memórias e experiências*, Santa Catarina, v. 22, n. 30, p. 165-178, 2009.

LANCETTI, A. (Org.). *Assistência Social e cidadania: invenções, tensões e construção da experiência de Santos*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LAPASSADE, G. El encuentro institucional. In: *Análisis institucional y socioanálisis*. México: Nueva Imagem, 1977.

\_\_\_\_\_. *Grupos, organizações e instituições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LARANGEIRA, S. Gestão pública e participação: a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.13, p. 129-37, 1996.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENARDÃO, E. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 1-11, 2004.

LIMA, A. L. *Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora*. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, D. A.; RIANI, E. *Análise e intervenção institucional*. Belo Horizonte, 2004.

LIMA, R. S. Análise Institucional no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. *Revista ECOS* Niterói, RJ, v.2, n.1, p. 61-73, 2012.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. *Políticas públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOURAU, R. *El estado y el inconsciente*. Barcelona: Kairós, 1980.

\_\_\_\_\_. *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. *La clé des champs: une introduction à l'analyse institutionnelle*. Paris: Anthropos, 1997.

\_\_\_\_\_. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau. Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004a. p. 47-65.

\_\_\_\_\_. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914-1918). In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau. Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 259-283.

\_\_\_\_\_. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURAU, R; LAPASSADE, G. *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LÜCHMANN, L. H. H. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. 2002. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUZIO, C. A. Atenção psicossocial e psiquiatria biológica: uma trajetória histórica. In: L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. (Orgs.). *Análise institucional e Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 471-509.

MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em Estudo*, v.16, n.3, p. 479-489, 2011.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e interiorização da psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n.2, p. 296-313, 2011.

MACHADO, L. M. O. *Controle Social da Política de Assistência Social: Caminhos e Descaminhos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.



MANSANO, S. R. V. Análise institucional: relato de uma experiência com jovens. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 155-160, dez. 2003.

MARTINI, R. B. *O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental*. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2010.

MARTINS, J. B. (Org.). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

MATOS, T. C. C.; FERREIRA, M. D. M. Luta anticorrupção como exercício de cidadania ativa. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.13, n.3, p.23-42, set./ dez. 2016.

MENDES, E. V. Um novo paradigma sanitário: a produção social da Saúde. In: MENDES, E. V. *Uma agenda para a saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 233- 300.

MIGUELETTO, D. C. R. *Organizações em rede*. 2001. 96f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Jornal Lutas Sociais*, n.08, p.53-64, 2001. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)

\_\_\_\_\_. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *O canto da Sereia - crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”*. São Paulo: Cortez, 2014.

MOURA, A. H.; VASCONCELOS, C. M.; PASCHE, D. F.; BARROS, R. D. B.; ONOCKO-CAMPOS, R.; L'ABBATE, S. Análise do trabalho institucional nas equipes dos distritos sanitários e no hospital Mario Gatti de Campinas. In: CAMPOS, G. W. (Org.) *Saúde Paidéia*. São Paulo, Hucitec, 2003. p. 167-185.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Relações de trabalho no setor público. In: KON, A. (Org.). *Indústria, Trabalho e Tecnologia: Subsídios à Política Pública*. São Paulo: CAPES / EITT-PUCSP, 2005. p. 7-36.

OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012.

OURY, F.; VASQUEZ, A. *Vers une pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspero, 1982.

PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 15, n.2, p.153-160, 2010.

PASE, H. L.; MÜLLER, M.; MORAIS, J. A. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. *Pensamento Plural*, Pelotas, v. 5, n.10, p. 181-199, jan./jun. 2012.

PASQUINO, G. Corrupção. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998. v.1.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PAULA, A. P. P. Administração pública gerencial e construção democrática no Brasil: uma abordagem crítica. In: ENANPAD, 25, 2001, Campinas. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. Disponível em: <[www.anpad.org.br/eventos](http://www.anpad.org.br/eventos)>. Acesso em 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PENARIOL, M. P.; BENELLI, S. J. Políticas Públicas e Psicologia: a prefeitura como intermediário institucional necessário no cenário municipal. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F. (Orgs.). *Saúde mental, violência e políticas públicas: relatos de experiências e pesquisas*. Curitiba: CRV, 2015. p. 139-154.

PENARIOL, M. P.; HASHIMOTO, F. Relação indivíduo e organização estratégica: um estudo psicossociológico. In: ALVES, G.; NOVAES, H.; OCADA, F.; BATISTA, R. L. SEMINÁRIO DE TRABALHO: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI, 8., 2012, Marília. *Anais do VIII Seminário de trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI*. Marília, SP: UNESP, 2012. p. 1-12.

PEREIRA, P. A. P. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 204-206.

PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes/PucMinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Movimento Institucionalista: principais abordagens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 10-19, 2007.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 206-235, 2011.

PIRES, M. C. S. Transparência e responsabilidade na gestão pública. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v.81, n.4, p. 60-74, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento*. 2ed. São Paulo: Brasiliense. 1978.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.8, t. 3, 2006, p. 172-212.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

REZENDE, F. *Federalismo fiscal: novo papel para estados e municípios – o município no século XXI – cenários e perspectivas*. São Paulo: Cepam, 1997. p. 87-96.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal: projeto de planejamento e de política pública de um município brasileiro. *Planejamento e políticas públicas*, n. 32, p. 173-204, 2009.

RIBEIRO, A. C. T.; GRAZIA, G. *Experiência de orçamento participativo no Brasil: período de 1997 a 2000*. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Contribuições da Análise Institucional para uma abordagem das práticas languageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Letras, linguística e suas interfaces*, n. 40, p. 47-73, 2010.

ROCHA NETO, L. H. A Formação do Estado Brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção. *Revista do Mestrado em Direito – UCB*, v.2, n.1, p. 204-230, 2008.

RODRIGUES, H. B. C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaio de loucura e civilização*: Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.195-256.

\_\_\_\_\_. “Sejamos realistas, tentemos o impossível.” Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. *História da Psicologia: Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. p. 609-657.

RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p. 27-46.

RODRIGUES, H. B. C.; LEITÃO, M. B. S.; BARROS, R. D. B. (Org.). *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. (Org.). *Análise institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. Col. Saúde & Loucura.

RODRIGUES, M. M. A. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSEN, K. S. “The jeito. Brazil’s Institutional Bypass of the Formal Legal System and its Developmental Implications”. *The American Journal of the Comparative Law*, v. 19, p. 516-549, 1971.

ROSSI, A; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, v.5, n.1, p. 156-181, 2014.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. I. V. (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 26-37, 1994.

SAMPAIO, P. A. *Construindo o poder popular*. São Paulo: Paulinas, 1982.

SANCHES, R. R. *A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*, 2001. Disponível em: <<http://www.siarq.unicamp.br/sbh/artigoraizes.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

SANI, G. Participação política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998. v.1. p. 888-890.

SANTOS, M. F. Análise da prática institucional. *Revista eletrônica Novo Enfoque*, v.7, n.7, 2008.

SARRETA, F. O. *Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/29k48/pdf/sarreta-9788579830099.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Liv. Duas Cidades/ Editora 34, 2000.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reforma da administração pública. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p.347-369, 2009.

SENRA, C. M.; GUZZO, R. S. L. G. Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC. *Programa formatos Brasil: caderno do participante*. São Paulo: SENAC, 2005.

SILVA, F. L. G. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, E. et al. (Org.). *Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 47-70.

SILVA, F. T. Violência patropi. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, ed. 45, jul. 2000. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=estantes/livros/brasil-mito-fundador-e-sociedade-autoritaria&page=0,0>> Acesso em: 12 set. 2016.

SILVA, R. C. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.

SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, A. M. *Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?* 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006a.

\_\_\_\_\_. Educação empreendedora: que discurso é esse? *Revista Educativa*, Goiânia, v.9, n.2, p.217-229, 2006b.

SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, J. Jessé Souza: “O jeitinho no Brasil é para quem pode”: depoimento. [27 de fevereiro, 2016]. Porto Alegre: *Jornal ZH*. Entrevista concedida a Leandro Fontoura.

SOUZA SANTOS, B. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999. p.1-51.

SUGUIHIRO, V. L. T. Conselhos de direitos: caminho de sua consolidação. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.3, n.1, p.9-26, jul./dez, 2000. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v3n1\\_conselhos.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n1_conselhos.htm)>. Acesso em: 27 marc. 2016.

TAIT, T. F. C.; PACHECO, R. C. S. Fundamentos para a modelagem de uma arquitetura de sistemas de informação para o setor público. São Paulo, 1999. In: JÚNIOR, M. V.; MARÇAL, R. F. M.; BORNIA, A. C. *Anais do XIX Enegep – Encontro Nacional de Engenharia de Produção, V ICIE – International Congress of Industrial Engineering e III Profundão – Encontro de Engenharia de Produção da UFRJ*, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista Políticas Públicas*, 2002 - AATR-BA. Disponível em: <[http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas](http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas)>. Acesso em: 30 jul. 2015.

TREVISAN, A. M.; CHIZZOTTI, A.; IANHEZ, J. A.; CHIZZOTTI, J.; VERILLO, J. *O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil*. São Paulo: Ateliê, 2004.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VELOSO, J. F. A. et al. *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: IPEA, 2011.

VITA, A. *Sociologia da sociedade brasileira*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

WEBER, F. A Entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.15, n. 32, p. 157-170, 2009.



WHITE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

YAMAMOTO, O. H. Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 37-54.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

ZAMBONI, Y. Participatory budgeting and local governance: an evidence-based evaluation of participatory budgeting experiences in Brazil. *Working paper*, May 28, 2007. Disponível em: <  
<http://siteresources.worldbank.org/INTRANETSOCIALDEVELOPMENT/Resources/Zamboni.pdf> > Acesso em: 19 out. 2016.